

## Política de Privacidade

### 1. Introdução

A *Política de Privacidade da Priberam* foi revista tendo em conta a entrada em vigor do *Regulamento Geral de Protecção de Dados* [RGPD] a 25 de Maio de 2018.

#### 1.1 RGPD

O RGPD tem como objectivo geral estabelecer um regime uniforme para a protecção e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares em toda a União Europeia, que seja aplicado de forma coerente e que assegure um equilíbrio entre os direitos dos titulares de dados e outros direitos constitucionalmente consagrados.

Para sua comodidade existe uma *Edição LegiX<sup>®</sup>* do RGPD que a Priberam disponibiliza [aqui](#).

#### 1.2 Actualização

Dada a extensão do normativo, à falta de experiência da sua aplicação e às incoerências actualmente existentes entre as versões disponibilizadas nos vários idiomas da União Europeia, designadamente entre a versão inglesa e a versão portuguesa, é natural que esta *Política de Privacidade* tenha de ser revista à medida que o uso leve ao esclarecimento e aperfeiçoamento da norma legal e/ou à necessidade de clarificação de algum dos seus aspectos.

Pelas razões atrás descritas, a presente *Política de Privacidade* poderá ser alterada a qualquer momento, sem aviso prévio e, eventualmente, com efeitos imediatos. As alterações serão publicitadas nos *sites* e, se necessário, solicitada a renovação do conhecimento e consentimento.

Última actualização: 25 de Maio de 2018

Entrada em Vigor: 25 de Maio de 2018

Versão Anterior: [v2018.05 de 24 de Maio de 2018](#) e [Histórico de Alterações](#)

### 2. Entidade Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais

Priberam Informática, S.A., adiante Priberam, com sede e estabelecimento principal na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 41 - 2.º, em Lisboa, Portugal, NIPC 502 237 740, registada na C. R. C. de Lisboa sob o NIPC, capital social de 60 000 Euros.

#### 2.1 Contactos

*Site:* [www.priberam.pt](http://www.priberam.pt)

*Email:* [Privacidade@priberam.pt](mailto:Privacidade@priberam.pt)

*Tel.:* +351 217 817 260

## 2.2 Questões e Solicitações

A Priberam procurará dar resposta às questões relativas a esta *Política de Privacidade* bem como a solicitações formuladas nos termos abaixo previstos, que, preferencialmente deverão ser colocadas em *email* enviado para o endereço de *email* referido no ponto 2.1.

## 2.3 Autoridade Nacional

A CNPD – Comissão Nacional de Protecção de Dados, cujos contactos podem ser consultados em [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt) é a entidade nacional competente no âmbito das questões que envolvem o tratamento de dados pessoais.

## 3. Sites da Priberam

Os *sites* da Priberam, nomeadamente, mas não exclusivamente [Priberam.pt](http://Priberam.pt), [Priberam.com](http://Priberam.com), [FLiP.pt](http://FLiP.pt), [LegiX.pt](http://LegiX.pt), [Priberam.pt/dlpo](http://Priberam.pt/dlpo) e respectivos subdomínios, têm áreas públicas e podem ter áreas restritas sujeitas ao prévio registo dos utilizadores e/ou à contratação de serviço subjacente. Independentemente do seu carácter público ou restrito a utilização de todos os *sites* da Priberam está sujeita à prévia concordância e aceitação dos Termos e Condições Genéricos e/ou específicos de cada um deles dos quais esta *Política de Privacidade* faz parte integrante.

### 3.1 Política de Cookies

Os *sites* da Priberam utilizam *cookies* para recolher e guardar informação. Poderá consultar [informação da União Europeia sobre o assunto aqui](#).

#### 3.1.1 Definições:

3.1.1.1 *Dispositivo*: Equipamento usado pelo utilizador para navegar na Internet, tal como um computador, telemóvel ou *tablet*.

3.1.1.2 *Navegador (browser)*: *Software* escolhido pelo utilizador para navegar na Internet a partir do *dispositivo*.

3.1.1.3 *Cookies*: Ficheiros de texto que identificam o *site*, atribuem ao *navegador* do *dispositivo* do utilizador um identificador único e podem guardar parâmetros de utilização do *site*.

3.1.2 Como funcionam os *cookies*? Ao visitar um *site* pela primeira vez, são transferidos *cookies* para o *dispositivo* do utilizador. Da próxima vez que visitar o *site*, o *navegador* do utilizador verifica se tem os *cookies* desse *site* e envia ao mesmo a informação, indicando-lhe que já não é a sua primeira visita, permitindo adaptá-lo às preferências pessoais do utilizador ou ao seu grau de experiência de utilização.

#### 3.1.3 Tipos de *cookies* utilizados:

3.1.3.1 *Essenciais*: aqueles que são necessários para aceder a áreas específicas do *site*, permitir a navegação no *site* e a utilização das suas aplicações, como aceder a áreas seguras do *site* através de *login* e, por exemplo, na *Loja da Priberam*, registar os itens seleccionados para compra num *site* de compras. Sem eles há serviços que não podem ser prestados.

3.1.3.2 *Analíticos*: permitem reunir informações relativas à utilização que é feita de um *site*, tais como as páginas que são visitadas. Ver explicação pormenorizada em [“Google Analytics Cookie Usage on Websites”](#).

- 3.1.3.3 *De funcionalidade*: permitem que páginas do *site* memorizem as opções escolhidas pelo utilizador, ou seja, guardam as suas preferências relativamente à utilização do *site*, como por exemplo, no *Dicionário Priberam* (Priberam.pt/dlpo), a opção pelas grafias de Portugal ou do Brasil, de antes ou depois do *Acordo Ortográfico*.
- 3.1.3.4 *De publicidade*: Indispensáveis para permitir apresentar publicidade aos utilizadores, medir a sua eficácia da publicidade e adaptá-la ao utilizador, no entanto, só por si, não identificam o utilizador.
- 3.1.4 Pode modificar as definições do *navegador* para a) bloquear ou eliminar *cookies*; ou b) o avisar sempre que se armazene um novo *cookie* no *dispositivo* e, desta forma, poder decidir se o aceita ou recusa.
- Se optar por bloquear ou eliminar os *cookies* de um dos *sites* da Priberam, pode não conseguir aceder aos serviços prestados nesse *site* e/ou prejudicar a qualidade da sua experiência de utilização desse *site*.
- 3.1.5 Informações adicionais e esclarecimentos:
- 3.1.5.1 A informação relativa à configuração de cada *navegador* está normalmente disponível na *Ajuda (Help)* do *navegador* ou no seu *site* institucional.
- 3.1.5.2 Se pretender informações adicionais ou esclarecimentos, agradecemos que envie um *email* para o endereço referido no ponto 2.1.

## 4. Recolha de Dados

### 4.1 Princípios Relativos ao Tratamento de Dados Pessoais

No art.º 5.º do RGPD são definidos os princípios relativos ao tratamento de dados pessoais, princípios que a Priberam procurou ter em conta na elaboração desta *Política de Privacidade*, bem como na posterior execução dos processos associados a esse tratamento.

### 4.2 Licitude da Recolha e Tratamento

No âmbito do art.º 6.º do RGPD, a Priberam recolhe dados no âmbito de processos em que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- 4.2.1 Com autorização do seu titular para uma ou mais finalidades específicas, descritas na altura em que o consentimento é solicitado. [alínea a)]
- 4.2.1.1 Menores: Em respeito pelo princípio da *minimização dos dados* estipulado na alínea c) do n.º 1 do RGPD, a Priberam não solicita a idade ao *Titular dos Dados Pessoais*, pelo que não sabe se este, ao dar o seu consentimento está ou não legalmente habilitado a dá-lo.
- 4.2.2 Para execução de um contrato no qual o *Titular dos Dados Pessoais* é parte directamente [Cliente] ou indirectamente [Utilizador], por exemplo, através da subscrição do serviço efectuada pela entidade em que o Utilizador trabalha, mas que, em qualquer caso só pode utilizar depois de ter aceite os *Termos e Condições de Utilização* do produto ou serviço. Esta disposição aplica-se tanto a prestações remuneradas como gratuitas. [alínea b)]

- 4.2.3 No âmbito de diligências pré-contratuais a pedido do *Titular dos Dados Pessoais*, nomeadamente, mas não exclusivamente, após solicitação de informações, propostas ou períodos de acesso para avaliação de produtos e serviços. [alínea b)]
- 4.2.4 Para cumprimento de obrigações legais a que está obrigada. [alínea c)]
- 4.2.5 Para prossecução dos seus interesses legítimos [alínea f)] nomeadamente, mas não exclusivamente os relacionados com:
  - a) a análise de tráfego nos *sites*;
  - b) a apresentação de publicidade nos *sites*, nomeadamente naqueles em que são prestados serviços gratuitos e para os quais a publicidade ajuda a suportar os seus custos. Neste âmbito a Priberam utiliza os serviços da Google pelo que sugerimos a consulta do documento [“How Google complies with data protection laws”](#)

## 5. Utilização dos Dados

### 5.1 Princípios Gerais

A utilização que a Priberam faz dos dados que recolhe respeita a finalidade e âmbito em que os mesmos foram recolhidos, conforme estipulado na secção 4 (“Recolha de Dados”).

### 5.2 Clientes e Utilizadores

Enquanto *Cliente* ou *Utilizador* o tratamento dos dados é efectuado nos seguintes âmbitos:

- 5.2.1 Para a execução de todas as obrigações legais decorrentes da contratação e utilização do serviço ou produto a que dizem respeito;
- 5.2.2 Para comunicações directamente associadas à contratação e prestação do serviço;
- 5.2.3 Para transmitir informação sobre a evolução dos produtos e serviços que usa / contrata, nomeadamente, mas não exclusivamente da disponibilização de actualizações e/ou novas versões.

### 5.3 Transmissão dos Dados Pessoais a Terceiros

A Priberam só transmite a terceiros os dados pessoais que recolhe, respeitando o princípio da *minimização dos dados* estipulado na alínea c) do n.º 1 do RGPD e quando técnica ou legalmente o tenha de fazer, nomeadamente, mas não exclusivamente nas seguintes situações:

- 5.3.1 Nos processos associados a transacções, nomeadamente transmissões relacionadas com pagamentos e/ou comunicação de facturas à Autoridade Tributária;
- 5.3.2 Na comunicação, quando utiliza serviços de terceiros, por exemplo, para o envio de comunicações, nomeadamente de *emails*;
- 5.3.3 Em cumprimento de obrigação legal de resposta a pedido de autoridade competente, tal como entidades reguladoras, órgãos de polícia criminal ou tribunais;
- 5.3.4 Para, no interesse legítimo da Priberam, apresentar / desenvolver acções em defesa dos seus direitos ou para protecção dos seus Clientes e/ou Utilizadores.

## 6. Direitos do Titular dos Dados Pessoais

### 6.1 Revogação da Autorização para Tratamento

Em qualquer momento, o *Titular dos Dados Pessoais* pode revogar autorização que tenha dado no âmbito do ponto 4.2.1, alínea a) do art.º 6.º do RGPD, sem prejuízo de que, mesmo assim, a Priberam proceda ao tratamento desses dados quando:

- 6.1.1 Tiverem sido recolhidos no âmbito da celebração de um contrato (4.2.2);
- 6.1.2 Sejam necessários para o cumprimento de obrigações legais (4.2.4);
- 6.1.3 Sejam essenciais para comprovar transacções (5.3.1);
- 6.1.4 Sejam necessários no âmbito de acções de defesa e/ou protecção de direitos da Priberam, dos seus Clientes e/ou Utilizadores (5.3.4).

Em qualquer caso, a *Revogação da Autorização para Tratamento* terá, pelo menos, o efeito de manifestação de vontade de oposição a qualquer tipo de tratamento que não se enquadre nas excepções acima referidas.

### 6.2 Segurança e Salvaguarda

- 6.2.1 A Priberam implementou medidas de segurança físicas, informáticas e jurídicas para assegurar a integridade dos dados pessoais e protegê-los contra o acesso, uso e divulgação não autorizados;
- 6.2.2 Os prestadores de serviços que possam ser utilizados no âmbito previsto no ponto 5.3.2, deverão garantir o mesmo nível de segurança da informação assegurado pela Priberam.

### 6.3 Acesso

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de obter da Priberam a confirmação de que os seus dados são ou não objecto de tratamento e, se for esse o caso, o direito a aceder-lhes e saber a finalidade dos tratamentos a que os mesmos são sujeitos e demais informações previstas nos termos do art.º 15.º do RGDP.

### 6.4 Rectificação

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de obter a rectificação de dados inexactos nos termos do art.º 16.º do RGDP.

### 6.5 Apagamento (“direito a ser esquecido”)

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados, nos termos do art.º 17.º do RGDP. O apagamento efectivar-se-á sem demora injustificada a não ser que a retenção dos dados seja necessária por um dos motivos estipulados no ponto 3 do mesmo artigo, nomeadamente, mas não exclusivamente quando os dados:

- 6.5.1 Tiverem sido recolhidos no âmbito da celebração de um contrato (4.2.2);
- 6.5.2 Sejam necessários para o cumprimento de obrigações legais (4.2.4);
- 6.5.3 Sejam essenciais para comprovar transacções (5.3.1);
- 6.5.4 Sejam necessários no âmbito de acções de defesa e/ou protecção de direitos da Priberam, dos seus Clientes e/ou Utilizadores (5.3.4).

## 6.6 Limitação do Tratamento

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados nos termos do art.º 18.º do RGDP. A *Limitação do Tratamento* poderá ser usada em vez do *apagamento* quando este tenha sido solicitado e não possa ser concretizado por uma das razões descritas no ponto 6.5.

## 6.7 Portabilidade

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de receber da Priberam os dados pessoais e ainda a que eles sejam transmitidos a outro *responsável* nos termos do art.º 20.º do RGDP.

## 6.8 Notificação de Violação

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito a ser notificado caso ocorra uma violação dos dados susceptível de implicar um elevado risco para os seus direitos e liberdades, conforme estipulado e nos termos do art.º 34.º do RGDP.